



MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

SCS - B Quadra 09, Lote C, Edifício Parque Cidade Corporate, Torre A, 8º andar, CEP: 70308-200 Brasília/DF. Tel.:(61) 2027-3192/ 3344 –
E-mail: conanda@sdh.gov.br - Acesso: www.direitosdacrianca.gov.br

PAUTA DA 268ª ASSEMBLEIA ORDINÁRIA 13 e 14 de dezembro

13/12 - Manhã

9h 12h - **Reunião das Comissões Permanentes do Conanda.**

- **Comissão de Mobilização e Formação – CMF**
Local: Sala Plenária, 10º andar, MDH
 - **Comissão de Políticas Públicas – CPP**
Local: Sala de Reuniões da SNDCA, 8º andar, MDH
 - **Comissão de Orçamento e Finanças – COF:**
Local: Sala de Reuniões da SNPD, 8º andar, MDH
 - **Comissão de Direitos humanos e Ação Parlamentar – CDHAP**
Local: Sala de Reuniões da SNPDDH, 9º andar MDH
- 12h – 14h Intervalo para o almoço.

13/12 - Tarde

Local: Sala Plenária – 10º andar

14h00 – 14h30 - **Abertura da Assembleia, aprovação da pauta e informes.**

15h00 -16h30 – **Relatoria da Comissão Permanente de Orçamentos e Finanças - COF**

16h30-17h30 – **Comissão Organizadora da XI Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.**

- **Número de delegados (1030)**
- **Número de propostas para nacional (405)**
- **Percentual**
 - **30% conselheiros de direitos da criança e do adolescente, sendo paritário (50% poder público e 50% organização da sociedade civil);**
 - **15% conselheiros tutelares;**
 - **10% representantes de movimentos sociais;**
 - **10% representantes da rede de atendimento;**
 - **5% representantes do sistema de justiça e segurança;**
 - **30% adolescentes, sendo pelo menos 1/3 de diversidade**
 - **Crianças saem dessa cota**
- **Ad referendum do documento orientador (comissão organizadora e mesa diretora)**
- **Aprovação por unanimidade.**

17h30 – Encerramento da assembleia.

14/12- Manhã

Local: Sala Plenária – 10º andar

9h00 – 9h15 – **Abertura da 268ª Assembleia Ordinária do CONANDA**

9h15 – 10h30 – **Relatoria da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Ação Parlamentar - CDHAP**

10h30 - 12h00 – **Relatoria da Comissão Permanente de Mobilização e Formação - CMF**

12h00 – 14h00 – Intervalo do almoço

14/12 - Tarde

Local: Sala Plenária – 10º andar

14h00 -15h30 – **Relatoria da Comissão Permanente de Políticas Públicas - CPP**

16h00 – 17h00 – **Apresentação do Relatório da Rede ECPAT Brasil - Lidia Rodrigues**

17h – **Encerramento da 268ª Assembleia ordinária do CONANDA.**

RESUMO EXECUTIVO DA ASSEMBLÉIA

PARTICIPANTES

Conselheiros Titulares Presentes:

Governamentais:

Avelina Alves Lima Neta – Ministério da Previdência Soci

Kalid Nogueira - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

Avelina Neta - Secretaria da Previdência do Ministério da Fazenda

Deuzinea Nogueira da Silva – Ministério do Trabalho e Emprego

Sociedade Civil:

Catarina de Santana Silva - Fundação Fé e Alegria do Brasil

Edmundo Ribeiro Kroger - Centro de Educação e Cultura Popular

Francisco Rodrigues Correia – Federação Nacional Empregados em Instituições Beneficentes, Religiosas e Filantrópicas

Marco Antônio Soares - Central Única dos Trabalhadores - CUT

Romero Jose da Silva - Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente- ANCED

Vitor Benez Pegler - Instituto Tellus

Vitor Cavalcante de Sousa Valério – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

Antonio Lacerda Couto - Confederação Nacional Trabalhadores na Agricultura - CONTAG

Glicia Thais Salmeron de Miranda- Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil

Jimena Djauara Nunes da Costa Grignani- Associação Brasileira de Educação e Cultura

Conselheiros Suplentes Presentes:

Governamentais

Claudio Luiz Pinheiro da Silva - Ministério do Esporte

Danyel Iório - Secretaria Especial de Direitos Humanos

Maria Jose B Santos - Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Luiz Barcelos – Ministério da Saúde

Ângelo Couto – Casa Civil

Sociedade Civil:

Iolete Ribeiro da Silva – Conselho Federal de Psicologia

Manoel Torquato Carvalho de Souza – Associação Nacional de Crianças Não e de Rua.

Demais Participantes:

Ana Claudia Castro - UNESCO/Conanda/SDH/MDH

André Lima - Conanda/MDH

Arlete Alves - Conanda/MDH

Cleide Duarte - Conanda/MDH

Jean Marcos- Conanda//MDH

Patrícia Arantes - Conanda/MDH

Verena Martins - Coordenadora-Geral do Conanda/MDH

Mirian Santos – Salesiano

Elisa Costa – CNAS/AMSK

Berenice Giannelle – SNDCA/ MDH

Beatriz Barbosa - Inter vozes/CNDH

Manoel Prado Jr. - CNDH

João Luiz Botega – MPSC/COPEIJ

Lídia Rodrigues – ECPAT Brasil

Katia Bordado – FNCT

Edmarcos Alves – CMDCA/SP

Eduardo Carvalho – CMDCA/SP

Luciane Bispe – CMDCA/SP

Faltas justificadas:

Lucimara Cavalcante - Associação Internacional Maylê Sara Kali

1. Abertura, aprovação da pauta da 268ª Assembleia Ordinária:

O presidente do Conanda Professor Marquinhos faz abertura da 268ª Assembleia Ordinária, cumprimentando a todos presentes, segue dando ciência dos informativos disponíveis, como a pauta, os ofícios encaminhados, ele apresenta algumas alterações da pauta que é aprovada.

2. Informes:

O presidente menciona a questão dos relatórios de participações dos conselheiros nos eventos externos e da importância do envio para que todos tenham conhecimentos dos eventos que foi representação do conselho. Pede atenção ao uso do microfone, pois é de extrema necessidade para fazer a gravação, menciona a presença da Secretária Berenice e menciona ser a última assembleia do conselheiro Vitor Cavalcante.

3. Relato das comissões:

a) Comissão de Orçamento e Finanças - COF

Coordenador: Edmundo Ribeiro Kroger
Relatoria: Danyel Iório de Lima

Principais pontos abordados:

O conselheiro Danyel inicia o relato da comissão mencionando que o assunto será o Edital, e a terceira vez que iram debater esse assunto. Antes de entrar na questão específica só a título de informação pois houve um questionamento de alguns conselheiros na assembleia anterior referente a execução do fundo, pois naquele momento era muito baixa devido a execução do edital. Dos R\$ 16.000.000,00 que estavam disponíveis no fundo foi desempenhado no último mês R\$ 15.900.000,00 com execução de 97% e será encaminhado material apresentado na COF com todos os detalhes para conhecimento de todos.

Quanto a edital não será mencionado os projetos já aprovados, somente os projetos que retornaram para a COF para reajuste de valores. Como o valor global do Edital foi definido em R\$ 9.000.000,00 e os projetos ultrapassaram e foi deliberado que houvesse a adequação desses 4 projetos dentro do valor de R\$ 1.200.000,00 para que o edital continuasse com o valor estipulado.

São os seguintes projetos:

1. Projeto apoiado 6.1: Curso de capacitação destinado aos profissionais do Sistema de Justiça, especialmente aos do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública, sobre mecanismos de proteção dos direitos da criança e do adolescente no âmbito dos meios de comunicação, nos temas de classificação indicativa, programas especializados em narrativas sobre violências e criminalidades (“programas policiarescos”), publicidade infantil e trabalho infantil artístico.
Valor de R\$ 600.000,00;
2. Projeto Apoiado 1.4: Fortalecimento de redes e fóruns da Sociedade Civil atuantes no campo de direitos humanos de crianças e adolescentes de povos e comunidades tradicionais.

Valor: R\$ 800.000,00;

3. Projeto apoiado 3.3: capacitação presencial e na modalidade EaD de operadores do sistema de garantia de direitos de todos os estados da federação sobre as Diretrizes Nacionais para o Atendimento de Crianças e Adolescentes em Situação de Rua aprovadas pelo CONANDA e CNAS. A proposta deve contemplar, necessariamente:

Valor: R\$ 450.000,00;

4. Projeto apoiado 4.2: Formulação de estratégias e mecanismos que facilitem a participação organizada e a expressão livre de crianças e adolescentes de povos e comunidades tradicionais
Valor: R\$ 700.000,00.

A soma total desses projetos e de R\$ 2.550.000,00 veio a proposta no âmbito da COF para adequação dos valores para 1.200.000,00.

A Primeira adequação será os dois projetos que trata de povos e comunidades tradicionais que somam o valor de R\$ 1.500.000,00 a proposta e juntar em um único projeto com o valor de R\$ 500.000,00.

O projeto de capacitação destinado aos profissionais do Sistema de Justiça com valor de R\$ 600.000,00 a proposta e que seja de R\$ 500.000,00.

E o projeto capacitação presencial e na modalidade EaD de operadores do sistema de garantia de direitos de todos os estados da federação sobre as Diretrizes Nacionais para o Atendimento de Crianças e Adolescentes em Situação de Rua no valor de R\$ 450.000,00 a proposta e que seja de R\$ 200.000,00.

Portanto com essa proposta o Edital fechara com o valor de R\$ 9.000.000,00 como foi deliberado inicialmente. Essa proposta foi aprovada por unanimidade pela COF e agora sé apresentada ao plenário.

O presidente do Conanda abre inscrições para debate, conselheiro Manoel Torquato questionada que o corte para projeto de capacitação presencial e na modalidade EaD de operadores do sistema de garantia de direitos de todos os estados da federação sobre as Diretrizes Nacionais para o Atendimento de Crianças e Adolescentes em Situação de Rua foi muito alto e que isso inviabiliza essa capacitação, pois a rede já realizou uma capacitação com recursos do fundo com valor de R\$ 350.000,00 e o valor foi muito limitado isso a 2 anos atrás, ficando mais de 4 mil inscritos fora por falta de material.

Sem mais inscrições e colocado em votação, e feito a conferencia dos conselheiros presentes para verificar o coro qualificado. Com 22 conselheiros presentes iniciada a votação.

Favoráveis a proposta da COF: 20 VOTOS

Contrários: 1 VOTO

Um conselheiro não votou não se pronunciou.

Proposta aprovada.

O conselheiro Romero solicita a COF a título de esclarecimento informações de como serão os tramites seguidos e qual a previsão de publicação do edital e também quanto ao fluxo de comunicação com os órgãos gestores da escola de conselhos e como os recursos utilizados são do fundo esclarece que

o Conanda tem que acompanhar esse processo de perto. O conselheiro Renato agradece e menciona ser a primeira vez que o povo de comunidades tradicionais e contemplado nesse conselho.

O conselheiro Danyel esclarece que devido ao tempo que se levou para aprovação do edital a proposta de cronograma ficou afetada e a COF já trabalhou esse ponto que será relato em seguida.

A nova proposta de cronograma: Publicação dia 20/12/2017, recebendo proposta por 70 dias com mais 70 dias para análise das propostas, após as quatro etapas seguintes e a divulgação do resultado definitivo. Sendo a publicação em 20/12/2017 o final de todas as etapas e homologação se será em 08/06/2018. A conselheira Glicia solicita caso não seja possível a publicação do edital na data esperada que seja informado aos conselheiros por e-mail pois e sempre cobrados nos Estados.

O calendário e aprovado conforme indicação da COF.

Esclarecimento quanto ao pedido de esclarecimento dos conselheiros Romero referente a prioridades que citou a Escola de Conselho de Goiás, o conselheiro Danyel explica que havia uma escala de prioridade quando estourava o orçamento do fundo e o que foi utilizado a primeira prioridade nesse caso o embolso dentro do Prodoc da OEI no valor de R\$ 1.026.000,00 e as seguintes prioridades de eram a Escola de Conselho de Goiás e São Paulo não foram executadas.

Deliberações e encaminhamentos:

1. Aprovação dos valores dos projetos - Edital 002/2017.

4. **Comissão Organizadora da XI Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.**

O coordenador da comissão Lacerda inicia relatoria referente a Comissão Organizadora da XI Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, indicando que serão trabalhados com dois documentos: o documento base e orientador.

Documento Base: Na assembleia anterior foi deliberado que trabalhariam com consultoria para auxiliar na construção. No caso, a Flasco já construiu a primeira versão do documento que foi encaminhado a todos os conselheiros, porém poucos mandaram suas contribuições e na reunião da comissão organizadora o documento passou por uma avaliação onde foram sugeridos uma série de mudanças. O documento terá que ser mais específico e ajustados por eixos e após cada ajuste será enviado aos conselheiros que deverão retornar o quanto antes para finalizarmos até 19/01/2018.

Documentos Orientador: Por meio desse documento que os Municípios poderão se orientar. Já tem uma versão desse documento com todos os procedimentos metodológicos de como irão ocorrer as etapas da conferência. Foi construído uma primeira versão que será encaminhado a todos os conselheiros para que possam contribuir. Há necessidade de deliberação de quanto a definição sobre as propostas e os participantes devido a próxima assembleia ocorrer somente em fevereiro, sendo que as conferências livres iniciaram em janeiro. As demais questões do documento procederão ser trabalhadas via e-mail.

Quanto aos participantes:

Número de delegados (1030)

Número de propostas para nacional (405)

Percentual:

30% conselheiros de direitos da criança e do adolescente, sendo paritário (50% poder público e 50% organização da sociedade civil);

15% conselheiros tutelares;

10% representantes de movimentos sociais;

10% representantes da rede de atendimento;

5% representantes do sistema de justiça e segurança;

30% adolescentes, sendo pelo menos 1/3 de diversidade.

Quanto a distribuição:

O número de delegados foi aprovado obedecendo a seguinte ordem:

Faixa 1: AC, AM, AP, ES, MS, RO, RR, SE - 30 delegados – sendo 20 adulto, 10 adolescentes e até 1 criança;

Faixa 2: PA, TO, CE, RN, AL, MT, DF - 33 delegados – sendo 22 adulto, 11 adolescente e até 2 crianças;

Faixa3: GO, MA, PB, PE,PI, SC - 36 delegados – sendo 24 adulto, 12 adolescente e até 3 crianças;

Faixas 4: BA, PR, RJ, RS – 36 delegados – sendo 26 adulto, 12 adolescente e até 4 crianças;

Faixa 5: MG, SP - 39 delegados – sendo 28 adulto, 13 adolescente e até 5 crianças.

O total de crianças será até 66 crianças e cada criança terá direito a um acompanhante.

Quanto ao número de propostas:

A perspectiva de cada eixo será de 3 propostas para cada Estado, sendo 15 propostas de cada Estado, totalizando 405 propostas. Após a sistematização finalizada serão aproximadamente 100 propostas para etapa nacional. E quanto as perguntas geradoras espera que a cada uma gere 3 propostas.

O presidente do Conanda professor Marquinhos coloca que o que foi fechado na reunião da comissão organizadora é o que é necessário que seja deliberado com urgência. A quantidade de proposta, número de delegados e a deliberação para a comissão após receber as contribuições do documento orientador será aprovado ad referendum da Plenária.

Coloca em regime de votação o material já apresentado e aprovado pelo plenário, o professor agradece o empenho de toda comissão organizadora.

A conselheira Glicia relata que a conferencia da OAB que ocorreu em São Paulo foi o maior evento em números de advogados e representantes do sistema de justiça que ocorreu a nível de América Latina e ficou marcado com um ponta pé inicial por ser a primeira conferencia a nível Nacional com a participação, e pauta um painel especifico crianças e adolescestes.

Deliberações e encaminhamentos:

1. Serão 1.030 delegados, 405 propostas (3 propostas por eixo);
2. Aprovação do percentual dos delegados:
 - o 30% conselheiros de direitos da criança e do adolescente, sendo paritário (50% poder público e 50% organização da sociedade civil);
 - o 15% conselheiros tutelares;
 - o 10% representantes de movimentos sociais;
 - o 10% representantes da rede de atendimento;
 - o 5% representantes do sistema de justiça e segurança;
 - o 30% adolescentes, sendo pelo menos 1/3 de diversidade - crianças participantes saem da cota dos adolescentes.
3. Aprovação de que o texto final do documento orientador será aprovado ad referendum da Plenária. O texto deverá ser aprovado pela mesa diretora e os membros da comissão organizadora;
4. O número de delegados foi aprovado obedecendo a seguinte ordem:
 - AC, AM, AP, ES, MS, RO, RR, SE - 30 delegados – sendo 20 adulto, 10 adolescentes e até 1 criança;
 - PA, TO, CE, RN, AL, MT, DF - 30 delegados – sendo 20 adulto, 10 adolescente e até 2 crianças;
 - GO, MA, PB, PE, PI, SC - 36 delegados – sendo 24 adulto, 12 adolescente e até 3 crianças;
 - BA, PR, RJ, RS - 36 delegados – sendo 26 adulto, 12 adolescente e até 4 crianças;
 - MG, SP - 39 delegados – sendo 28 adulto, 13 adolescente e até 5 crianças.

14/12/2017 - Segundo dia da 268ª Assembleia Ordinária

O presidente do Conanda professor Marquinhos faz abertura do segundo dia de assembleia, mencionando ser a última assembleia do ano e que a pauta não terá alteração.

2. Continuação dos Relatos das comissões:

a. Comissão de Direitos Humanos e Ação Parlamentar /CDHAP

Coordenador: Avelina Neta
Relatoria: Jimena Grignani

Principais pontos abordados:

a) Nota Pública do CNDH e do CONANDA sobre liberdade artística, Classificação Indicativa e proteção de crianças e adolescentes.

A conselheira Jimena apresenta a nota do Conselho Nacional dos Direitos Humanos sobre a liberdade artística e classificação indicativa, conselheira Glicia faz a leitura dessa nota para a plenária. Depois da

leitura, Prof. Marquinho convida para a mesa principal a Beatriz Barbosa que faz parte da Entidade Inter vozes que integra no CNDH, e que também colaborou para fazer a nota. Romero faz uma sugestão que esclareça sobre o ‘porquê’ do debate sobre essa nota para contextualizar melhor, pediu colaboração da Beatriz, ela então, contextualizou que deve-se defender sobre a classificação indicativa, pois é uma proteção para a criança e ao adolescente mas também atentar-se para que esses tipos de classificação não seja aplicada da mesma forma que é em filmes ou novelas etc. em museus e apresentações de obras de artes plásticas, ela dá exemplo a novela ou filme que tenha cenas de nudez e compara com uma obra do Michelangelo e fala que os objetivos de cada situação é diferente. E reafirma que deve-se defender que os museus criem uma política própria de autorregulação e critérios nesse sentido. A conselheira Jimena sugere que a nota vá para regime de votação, Prof. Marquinhos abre para votação e por unanimidade a nota é aprovada.

b. Relato da representação do da comissão FONACRIAD

Relata resumidamente como ocorreu esse evento, disse que um dos temas tratados foram os parâmetros de segurança do SINASE. Segundo conselheira Jimena, sua fala de acordo com o papel do CONANDA é de reassegurar o debate amplo deste tema dentro do SINASE desde que resguardado pelo ECA.

c. Central de vagas nas Unidades de Internação

A relatora expõe sobre a problemática que existe pelo motivo das superlotações e a infraestrutura precarizada. Diz também que deverá proporcionar ao judiciário pensar em conjunto e em rede o que é melhor pra essa adolescente, analisar as todas as situações nos estados onde tem e onde não tem e se tem boas experiências, assim levantando essas informações dos estados e pede colaboração ao SINASE para ter mais elementos para se posicionar sobre isso com veemência essa proposta da central de vagas coordenadas pelo órgão gestor. Nesse encontro os gestores falaram que se deverá criar a resolução conjunta com o CNJ pois tem receio de não se cumprir a intenção do texto da resolução. Contudo, Prof. Marquinhos pede para que primeiro se faça a resolução e depois veja se o CNJ vai querer assinar ou não, pois cita sobre a possibilidade deles não quererem. O conselheiro Romero cita que é importante que se mantenha os esforços para tentar fazer a conjunta com o CNJ, pois os grandes questionamentos dos gestores são os dissensos no âmbito do sistema de justiça, mas de qualquer forma se o CNJ não quiser, o CONANDA continua com a mesma iniciativa. Conselheira Glicia faz uma observação que o CNJ poderá fazer uma resolução, referendando o que o CONANDA decidiu, pois afirma que a resolução conjunta é será dificultosa por motivo das competências de cada órgão ser diferente um do outro. A secretaria Berenice relata que o gestor não indica a Unidade de Internação e sim o poder judiciário, por mais que esteja legalmente no SINASE em alguns estados ocorre essa situação, e fala ainda que o CNJ nunca irá aprovar por conta da pressão dos Juízes. Conselheiro Renato Cesar cita que tem preocupação em relação de solicitar a Coordenação do SINASE e questiona porque essa solicitação, Romero reitera que é de fato

difícil debate mas que o CONANDA continue se posicionando firmemente para a garantia de direitos da criança e do adolescente. Conselheira Jimena informa sobre a visita da Comissão Interamericana e como ocorrerá as reuniões.

d. APACs

De acordo com a relatora, a Ministra do STF articulação com o MEC para criar modelo alternativo de Unidade de Internação. Jimena fala CONANDA é contrário a todo modelo alternativo que foge do SINASE, incluíse pede o envio da nota novamente reiterando esse posicionamento. Edmundo fala que disse que se presente na audiência pública realizada em Fortaleza-CE que foi falado sobre a APACs e disse que ficou claro que nesse processo de construção dessa da metodologia a coordenação do SINASE está acompanhando inclusive as autoridades representantes do Tribunal de Justiça confirmaram que não será implementado nenhum procedimento sem o apoio do CONANDA. E disse ainda que fez a leitura do documento sobre a posição do CONANDA. Miriam (Salesianos), fala sobre fazer questionamentos para o STF. Edmundo disse que deixou muito claro que tem o modelo de adulto mas ainda não há a metodologia e ainda não há muitas respostas para esse momento. Prof. Marquinhos media a mesa para dar continuidade a pauta e Jimena reafirma o posicionamento que está esperando a criação da metodologia para poder analisar, ou seja está aguardando os processos administrativos e está em acompanhamento. Romero fala que apesar de não estar pronto o projeto das APACs de qualquer forma as ideias deve ter o viés do SINASE.

e. PL 7908/2017 – Trata das audiências de custodias para menores apreendidos.

Avelina esclarece sobre esse PL 7908/2017. De acordo com a Jimena, entende-se que esse PL favorece os direitos do Adolescente e que devem apoiar e reiterar a nota da ANADEP. Avelina faz leitura da nota pública da ANADEP referente ao projeto de lei 7908/2017 no qual se manifesta favorável.

f. PL 2862/2004 que pretende excluir atenuantes de pena para jovens de 18 a 21 anos

Disse ainda que apesar da idade citada não estar na faixa etária referente a esse conselho, mesmo assim, por se tratar de violação de direitos o CONANDA deverá se posicionar contrário mediante a isso. Apoiando a favor dos direitos.

g. Situação de Crianças e Adolescentes em território de fronteira

Recebimento de nota construída através do CNAS sobre estratégias elegidas pela comissão, umas delas é coletar todas as ações que estão sendo feitas pelo Brasil e analise da realidade por meio de visita *in loco*.

Prof. Marquinhos chama atenção da plenária sobre tramites sigilosos e processos que não pode ser aberto para fluxo de comunicação, ou seja, nem tudo pode ser divulgado, pois o CONANDA não trabalha sozinho. Disse ainda que não adianta cobrar o CONANDA sendo que tem outros órgãos do outro lado da situação. Romero afirma que justamente por isso, a representação do Ministério deve-se dar sentido dentro

das reuniões, plenárias para estarem a par das situações. Prof. Marquinhos afirma que isso é regimental a participação dos ministérios. Jimena, pede complementação de informações, passando informações a mais dessa reunião da comissão e entender mais sobre as atividades para poder desenvolver a nota conjunta ao CNAS. Disse ainda sugere visita *in loco*. Avelina, disse resumidamente sobre a comissão é que não tem informações suficientes par realizar a nota conjunta e por isso não assinou a nota também, pois percebeu que precisa mais de estruturação esse documento. Danyel Iório, disse que diante do conhecimento dele não existe de fato uma instancia formalizada com o nome comitê gestor nacional, mas segundo ele pode também existe algo nesse sentido. Avelina disse que também não sabia mas a nota cita esse comitê, mas pede informação sobre esse órgão. Danyel Iório afirma que isso pode estar errado e chama atenção para não errar também. Romero disse que leu a nota porém não identifica o documento como uma nota e nem como ofício isso é um dos motivos que o documento não foi assinado.

h. Visita do Conanda à Roraima.

Situação dos imigrantes no território da fronteira Norte. A conselheira Jimena relata que foi feito uma proposta de agenda, que estão cientes os conselheiros Danyel Iório e Glicia.

i. CONATRAP – Compartilhamento da situação atual e proposições de ações a serem tomadas pelo CONANDA.

E necessário garantir a representação do CONANDA na reunião de janeiro de 2018, solicitação do andamento do plano de enfrentamento ao tráfico de pessoas sugestão de informação por meio de ofício, e a regularização sobre a participação das entidades da sociedade civil na composição desse comitê sendo que o prazo desses processos já se inspirou. A conselheira Glicia disse que está recebendo denúncias sobre esse tema e sobre o tema sobre adoção, por isso está preocupada. Disse ainda que as reuniões não estão acontecendo, sociedade civil se recusaram a continuar no comitê. É importante que esse plano passe pelo CONANDA, tendo em vista que os outros planos não passaram, deve-se insistir para saber como foi feito, como será feito e aprimorado o plano. A Secretaria Berenice fala sobre o PL da adoção e sobre, e pergunta se já analisaram a proposta do estatuto da adoção. Conselheira Glicia, responde e disse que ainda leu com cuidadosamente.

j. Resposta ao ofício em nota sobre direitos sexuais das crianças e adolescente

A conselheira Jimena relata sobre o ofício que foi construído por meio da Associação Barraca da Amizade, a comissão construiu uma nota em resposta a esse ofício. A representante da ECPAT Brasil a senhora Lúcia Rodrigues fala sobre um evento de formação que ocorreu no ano de 2016 sobre direitos sexuais de crianças e adolescentes LGBT, disse também que várias redes participaram, inclusive o CONANDA, relatou que uma participante sofreu ameaças por uma postagem em rede social porque estava se referindo a direitos sexuais de crianças e adolescentes, posteriormente a isso, em setembro de 2017 uma delegacia de Brasília oficiou o pedido para que fornecesse informações dos palestrantes e responsáveis pelo evento, quando se teve acesso ao inquerido descobriu que foi instaurado através de uma

promotora que afirmou que precisa ser investigado se não houve apologia ao estupro. Lidia falou também que foi orientada pelos advogados que não fornecesse as informações sobre os palestrantes e os responsáveis pois essa interpretação da promotora visa não legitimar a discussão na perspectiva de promoção de direitos sexuais. A conselheira Jimena disse que a comissão entende diante dessa situação é importante criar uma nota publica em favor dos direitos sexuais das crianças e adolescente, e faz a leitura dessa nota criada. A conselheira Glicia relata não está acompanhando de perto esse processo, porém se manifesta com indignação pelo preconceito que existe nessa temática.

b) Comissão de Mobilização e Formação – CMF

Coordenadora: Conselheira Lucimara Cavalcante

Relatora: Maria Jose Batista

a) Referente Comitê de Participação de Adolescentes – CPA

A conselheira Maria José relata sobre sugestão de novos prazos para aprovar na plenária. Alteração de data. Prof. Marquinhos expõe que essa questão de datas é simples e que a plenária Ad referendum autoriza a comissão discutir sobre esse assunto. O conselheiro Renato disse que é importante os conselheiros (as) estarem informados sobre isso para estarem envolvidos nesse tema do CPA pois percebe uma fragilidade.

b) Caravana pelos direitos da criança do adolescente

E necessário indicar outro conselheiro não governamental além da Conselheira Roberta para a caravana do Sul, prof. Marquinhos diz que a conselheira Roberta já é designada para essa Caravana e justamente por ela já está na localidade, Roberta deve encaminhar para a secretaria executiva os dois nomes dos conselheiros da sociedade civil. Informa que foi feito uma reunião com a Coordenação-Geral de Fortalecimento de Conselhos Tutelar. Enquanto SIPIA, o sistema está em desenvolvimento. Foi pensado que é preciso fazer uma análise situacional das escolas de conselhos. O presidente do Conanda, Prof. Marquinhos disse que não pode esquecer do fluxo do regimento interno em relação ao formulário, pediu para enviar o questionário do SIPIA. O conselheiro Renato disse que deve ter atenção para não quebrar o cronograma em relação da apresentação do questionário. Roberta expõe que foi sugerido para a área técnica encaminhar esse questionário e posteriormente trazer para a plenária o debate dos resultados, contudo é uma questão burocrática. O conselheiro Danyel Iório disse que é importante que todos olhem atentamente referente ao Id-conselhos. Prof. Marquinhos disse que a área técnica já elaborou o formulário e faz sugestão para circular no conselho, Danyel concordou.

c) Comissão de Políticas Públicas: CPP

Coordenadora:

Relatora: Conselheira Catariana de Santana Silva

a) Programas de acesso e permanência na escola – BPC na escola

A conselheira Catarina expõe sobre a pauta de acesso e permanência ampliados à educação básica em situação de vulnerabilidade social, os convidados foram o MDS, MS, MEC, no qual apresentaram o Programa BPC na escola. Contudo, apesar da pauta ser extensa, relatou que ela e a conselheira Iolete, ficaram responsáveis para fazer um levantamento dos programas que existem do governo referente ao acesso e permanência na escola. O BPC existe mais é focalizado na questão dos deficientes no contexto da criança e do adolescente, porém a intenção é que se debruce um pouco mais nesse sentido. Relatou também sobre como o CONANDA pode ajudar nesse sentido, trabalhando com a CMF, e promover a divulgação dos programas existentes. A conselheira Maria Ivelonia relata também sobre o Bolsa família que foi pauta em tempos atrás e que dessa vez foi trazido o BPC e que a ideia é saber como o CONANDA pode contribuir por isso é importante fazer esse levantamento que a conselheira Iolete e a conselheira Catarina vão fazer. Disse ainda que os programas não são conhecidos em alguns municípios e escolas, e cita sobre a problemática que os estudantes enfrentam sobre não ter acesso a essas políticas públicas. Prof. Marquinhos questiona se os materiais do papel dos conselhos são existentes do CONANDA. Catarina disse que seria ideal resgatar esses materiais e fazer a revisão.

b) Política promoção a saúde no âmbito socioeducativo

A conselheira Maria Ivelonia relata que convidou um profissional para apresentar a política de saúde relacionado ao socioeducativo: Política de Atenção Integral à Saúde dos Adolescentes em Conflito com a Lei, em Regime de Internação e Internação Provisória – PNAISARI. Portanto foi apresentado essa lei e surgiram alguns pontos como o desconhecimento dessa Lei pelos profissionais e equipes dos municípios e dos estados, outro ponto foi sobre os conselhos também não conhecer a PNAISARI. Relata também que houve uma discussão sobre essa lei ser para a Internação e não para o meio aberto. Cita também sobre uma nota técnica que está sendo elaborada pelo MDS e MS explicando a lei com relação as medidas em o meio aberto. Após esses debates surgiu como encaminhamento de solicitação do material em relação ao PNAISARI. Disse também sobre a importância de escrever sobre a PNAISARI com relação ao sistema socioeducativo para melhor entendimento, pois disse, inclusive sobre a dificuldades que os conselheiros têm para entender a política, por isso a importância da elaboração do material explicativo sobre esse tema. A conselheira Jimena fala sobre essa proposta ser para a Comissão Intersetorial do SINASE. Maria Ivelonia, confirma a afirmação da conselheira Jimena. Berenice relata que as dificuldades para os municípios aderirem a política é o não interesse de trabalhar a partir do PNAISARI. A conselheira Maria Ivelonia, afirma que esses motivos são pontuados dentro da CPP e por isso essa questão também deve ser levada a Comissão Intersetorial. A secretaria Berenice disse que houve momentos que Ministério da Saúde não teve recursos para gerir essa política. Conselheiro Romero fala que essa discussão é para garantir direitos de atenção básica ou seja queremos convencer a política atender esses adolescentes sendo que é de direito deles e conta também com a força dos conselheiros estaduais para provocar os municipais. Conselheira Maria Ivelonia disse que essas situações seriam uma sugestão de demanda para a comissão Intersetorial do SINASE.

c) Relato de participação do evento – Análises das ações dos Ministérios em relação ao Plano Nacional de Enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes.

Participante: Anna Beatriz

A conselheira Catarina apresenta o Relato da que a conselheira Anna Beatriz realizou a partir da participação do evento. Cita duas pautas que tem relação com as demandas da CPP. De acordo com o relato, cada Ministério falou como está contribuindo e ao Plano Nacional de Enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes e como o CONANDA também está colaborando, solicitou também a contribuição dos conselheiros da CPP para levar serem consolidadas e apresentadas enquanto CONANDA. A conselheira Catarina fala também sobre outro ponto que está no âmbito desse relato é o “Parâmetros de Escuta de Crianças e Adolescentes em situação de violência”. Conselheiro Danyel Iório afirma que na Reunião da Comissão Intersetorial do Enfrentamento da violência sexual, o plano está sendo revisado e não elaborado. Disse ainda que a ideia é que cada Ministério revisar e ver se vale a pena revisar e alterar ou não, pela avaliação da SNDCA não vale a pena alterar. A conselheira Anna Beatriz esclarece que realmente os Ministério não trouxeram as análises, somente o representante SNDCA Danyel Iório. Terceiro ponto a ser discutido; a conselheira Anna Beatriz se refere ao tema de Parâmetros de Escuta de Criança e Adolescente, foi deliberado por este conselho que alguém da secretaria apresentaria para a plenária esse documento afim de que se debruçassem no documento e a regulamentação dele por meio da CPP. Disse também que na Comissão Intersetorial de enfrentamento ao abuso e exploração sexual, foi entendido que também poderia ser um espaço para elaboração desse documento. Diante disso a conselheira Anna Beatriz fala que é preciso ajustar esse fluxo, pois devem entender de fato quem é o autor desse papel. O conselheiro Danyel Iório expõe que a comissão intersectorial é mais ampla e com mais enfoque nesse sentido a que a representação governamental no CONANDA, ou seja, o melhor fluxo, a comissão intersectorial tem o olhar mais técnico. Frisa então que a comissão intersectorial nada decide e deve encaminhar os trabalhos em formato de resolução para o conselho. Prof. Marquinhos resume o fluxo, Comissão Intersetorial – Comissão específica (CPP) – Plenária. A conselheira Iolete disse que ficou com dúvida em relação que houve uma discussão na CPP e foi sugerir a regulamentação da lei e disse que os parâmetros contradizem a lei e a proposta da comissão Intersetorial é de regulamentação dos parâmetros. A conselheira Iolete enfatiza que essa política a favor das crianças e contra a violência sexual precisa ser ampliada e garantida para representar benefícios para o País. O conselheiro Vitor Cavalcante disse que foi publicado material com os parâmetros e que isso precisa ser revisto, inclusive as pessoas têm noção que isso está publicado. Prof. Marquinhos expõe que essas demandas cabem no espaço do planejamento da CPP. O conselheiro Romero dá ênfase que realmente é incomodo vim para o debate da plenária, mas a essência do local é essa. Disse ainda que é preciso falar sobre a lei no qual o este conselho não participou do processo, e inclusive cita o nome da Dep. Maria do Rosário fechou as portas para o CONANDA não contribuir referente a lei. Prof. Marquinhos chama atenção da plenária para respeitar o uso da inscrição. O conselheiro Danyel Iório disse que é importe que o CONANDA dê a palavra final para todos contribuírem no fluxo. A secretaria Berenice esclarece que os prazos estão curtos para os devidos

encaminhamentos. A conselheira Glicia pergunta sobre o pedido das informações que ela fez referente a oficina dos parâmetros, concorda também com a fala do Romero. Anna Beatriz disse que interessante deixar claro a contribuição da CPP e da Comissão Intersectorial, sendo assim, melhor organizado, a CPP fazer os parâmetros de escuta de criança e do adolescente e a regulamentação e a Comissão contribuir referente a regulamentação da lei.

2) Apresentação do Relatório da Rede ECPAT Brasil - Lídia Rodrigues.

A representante da ECPAT Brasil a senhora Lídia Rodrigues inicia sua participação na assembleia agradecendo o convite a oportunidade de fazer a apresentação do II Relatório de Monitoramento de País da Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes, pois essa é uma incidência necessária porém muito cara para a instituição. Ela explica que a Ecpat Brasil é uma rede de enfrentamento a violência sexual contra crianças e adolescentes, está presente em mais de 92 Países, no Brasil ela é composta por 28 organizações não governamentais com experiência ao enfrentamento a violência sexual, uma das estratégias de monitoramento que a rede utiliza e a elaboração de relatórios periódicos para fazer análise do avanço do País para esse enfrentamento e o cumprimento dos acordos internacionais. Esse relatório é o segundo o primeiro foi apresentado no Congresso Pan-americano em 2013.

A metodologia do relatório partiu de 3 pontos: Análise dos dados dos bancos de dados, entrevistas e grupo focal. Para construção e observado relatórios.

A grande importância do relatório é identificar de onde parte e como se faz a leitura da exploração sexual, que se estrutura a partir de uma série de desigualdades como de classe social, raça, gênero, etnia.

A partir da análise do relatório surgiu algumas recomendações para avançar nas políticas públicas para evitar a exploração sexual de crianças e adolescentes. O fortalecimento dos conselhos de direitos é básico e importante para a garantia e a necessidade de uma destinação orçamentária e fortalecimento de campanhas que é importante para dar visibilidade ao problema e para conscientizar as pessoas para denunciar. A representante da ECPAT avisa que o relatório está em fase de diagramação e será disponibilizado para esse Conselho e agradece o espaço.

O conselheiro Vitor Cavalcante com a fala relata que faz parte desse conselho há 4 anos, período de muito aprendizado e vários desafios, não foram períodos fáceis devido a tantas instabilidades políticas e econômicas, mais que sai com a sensação de dever cumprido e entendendo a importância desse espaço para a política da infância e garantia dos direitos das crianças e adolescentes. Ele agradece as secretarias executivas e todos os componentes do conselho que sempre apoiaram a todos e que a Pastoral do Menor será representada pela Sr.^a Regina que do Rio de Janeiro.

O Dr. Joao Luiz da COPEJE/MP relata que participa pela primeira vez da assembleia e agradece a oportunidade e que foram parte de todas as assembleias futuras e espera poder contribuir e trabalhar juntos para garantia de direitos das crianças e adolescentes.

A secretaria Berenice agradece o desempenho de todos e deseja um Natal tranquilo e um ano de 2018 de muitas realizações.

O Presidente do Conanda o professor Marquinhos agradece a todos e relata que todos receberam o impresso da convocatória da XI Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e a alteração do calendário do CPA publicada também foi publicada no Diário Oficial.

17h00: Encerramento da 268ª Assembleia Ordinária do Conanda.